

REVISTA DO IFCS

um debate interdisciplinar

**historia
filosofia
ciencias
sociais**

n. 1

janeiro-junho

1981

AOS COLABORADORES DA REVISTA DO IFCS

REVISTA DO IFCS – UFRJ

Publicação do Centro Acadêmico Edson Luis

Largo de São Francisco, 1 – Sala 315

Centro – Rio de Janeiro

Pede-se Permuta

Exchange Desired

COMISSÃO EDITORIAL

AOS COLABORADORES DA REVISTA DO IFCS

(Recomendações para apresentação dos trabalhos)

- 1 A Revista do IFCS é uma publicação semestral de alunos e professores do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – UFRJ, com a finalidade de divulgar trabalhos universitários, de modo interdisciplinar, e produzir assim subsídios para a atualização dos estudos e debates nas áreas de História, Filosofia, Sociologia, Antropologia, Política.
- 2 Os trabalhos remetidos à Revista devem ser originais, inéditos, em 2 (duas) vias datilografadas em espaço duplo (inclusive as notas de rodapé e as referências bibliográficas; estas, conforme as normas da ABNT).
- 3 A Revista do IFCS terá em princípio as seguintes seções: Artigos, Notas e Comentários, Traduções, Resenhas de Livros, Documentos.
- 4 Os Artigos não deverão exceder 30 laudas; as Resenhas de Livros, 5 laudas.
- 5 Os Comentários a Artigos publicados na Revista do IFCS serão encaminhados aos autores comentados e publicados preferentemente junto com a réplica.

COMISSÃO EDITORIAL

Adamastor Camará Ribeiro
Adamastor Sobrosa
Eliana Vinhaes Santos
Elizabeth Goraieb
Gerson Werneck
Jurandir C. Ferrari Leit
Leila Beatriz Ribeiro
Luiz Carlos do Rego Lima
Luiz Ribeiro Caldas
Luiz Sérgio Vitória da Silva
Nelson Guedes

EDITORIAL

As páginas editoriais costumam ser o local das boas intenções. Aí se proclamam enfaticamente os bons propósitos, freqüentemente mais apoiados nos impulsos que nas estruturas que permitirão alcançar os resultados pretendidos.

E como escapariamos nós deste embaraço inicial, senão com a expressão clara do nosso modo de produzir uma publicação científica, distribuindo entre nós mesmos — leitores, colaboradores, editores — a responsabilidade de concretizar determinadas diretrizes gerais.

A **Revista do IFCS** é uma publicação universitária, interdisciplinar, semestral, que reúne professores e alunos de graduação e pós-graduação, em processo de descobrir as melhores formas de expor e debater tudo que diz respeito às nossas atividades nas diversas áreas profissionais técnico-científicas a que nos dedicamos. E sabemos que estas áreas — filosofia, antropologia, política, sociologia, história, enfim as Ciências Humanas — já não poderão ser relegadas à percentagem menor na distribuição do famoso “bolo” na mesa acadêmica, quando a sociedade brasileira percebe a clamorosa falência dos projetos dos tecnólogos de perspectivas muitas vezes obscurantistas e grandes saldos bancários.

Crise — é a palavra que têm usado os espíritos mais críticos, mais observadores de nossa realidade. Crise na graduação universitária. Crise no projeto técnico da pós-graduação brasileira elaborado nas duas últimas décadas: não conseguimos produzir a tecnologia necessária para acionar com independência as forças produtivas nacionais. E continuamos a aumentar a nossa dívida externa!

Esta “baralha ou contenda entre a natureza e a enfermidade” — esta crise — nós a sentimos (é muito fácil perceber que tem acumulado com a enfermidade), nós a sentimos na Universidade violentada durante anos em seus objetivos mais íntimos, impedida de voltar-se para fora dela mesma e promover o mais legítimo diálogo nacional que acorde a nossa consciência de povo do Terceiro Mundo.

Esta revista é parte do nosso esforço para expandir os espaços onde deve ocorrer o debate universitário, que não pode se restringir às salas de aula. E aqui perguntamos: em que espaços deve a Universidade operar o seu papel criador? Não é somente nos laboratórios, nas salas de reunião departamental, nos gabinetes dos que têm maiores poderes na hierarquia do sistema educacional; nem ainda, somente, nos manuais dos cursos ou nas bibliotecas desaparelhadas. Vemos que os corredores das nossas escolas são ricos em momentos de debates; que as nossas assembléias experimentam diálogos profundamente esclarecedores; que mesmo os panfletos precariamente produzidos são estimuladores da compreensão dos problemas; que o bar da esquina, é isto mesmo, o bar da esquina é espaço onde acontecem

acaloradas e penetrantes discussões de interesse universitário. Enfim, nos diversos espaços comunitários onde a consciência universitária possa atuar.

Se temos alguma consciência a produzir, temos também que pensar os espaços em que ela se forma se reproduz ou se transforma.

Criar uma revista para veicular nossa produção científica universitária é debater sobre os espaços a serem explorados no percurso de formação e transformação das consciências, afastando as paredes que nos sufocam, dilatando os tempos de nossos diálogos, promovendo a aproximação suficientemente interdisciplinar dos nossos objetos de estudo que — todos sabemos — se articulam na consciência de um povo longamente explorado mas que observa isto tudo que está aí.

A criação de uma revista universitária interdisciplinar costuma enfrentar o ranço acadêmico, o olhar depreciativo, em vista de uma prática secular dos países colonizadores, nas suas edições acadêmicas. Nossa realidade universitária tem mostrado o pouco fôlego das iniciativas editoriais isoladas em disciplinas, que se esgotam nos poucos e bem intencionados primeiros números.

Mas, aos que propõem edições por disciplina, recomendamos observar que estas revistas especializadas, editadas sob a marca de alguma instituição que trabalha a área específica e assume os custos da publicação, têm seus melhores artigos naqueles estudos cuja temática é explorada nas articulações de diversas disciplinas.

Assim, nossa revista é interdisciplinar, e vê neste posicionamento uma alternativa editorial para a realidade que experimentamos. Cabe a todos nós — colaboradores e leitores — levarmos esta posição às suas conseqüências mais efetivas e que dizem respeito não à exploração academizante das Ciências Humanas, mas à exploração de suas implicações numa realidade em crise.

Continuando a proclamar nossas boas intenções, este primeiro número não atinge mesmo de longe o que pode ser feito. As seções programadas (traduções, resenhas de livros, comentários) são parte da boa proposta a ser realizada com a colaboração de muitos, de modo interdisciplinar.

Em contrapartida, os editores se propõem criar uma estrutura de trabalho para lançar números monográficos, por área de estudo e que terão como objetivo a atualização nos debates especializados que se fazem sobre temáticas, teses, questões suscitadas nas nossas práticas nas diversas disciplinas; e para isto contaremos com a colaboração dos especialistas das áreas, pois os leitores existem.

Os Editores

SUMÁRIO

	Página
NOTAS SOBRE O EXISTENCIALISMO	7
Creusa Capalbo	
VIGÊNCIA DE HEGEL: OS IMPASSES DA CATEGORIA DA TOTALIDADE	13
Gerd A. Bornheim	
PROPOSTA TEÓRICA PARA O ESTUDO DAS MIGRAÇÕES INTERNAS	17
Ana Maria Kirschner Montenegro Júlia Adão Bernardes	
UNIVERSIDADE E COMUNIDADE	25
Olinto A. Pegoraro	
METODOLOGIA OU TEORIA DA HISTÓRIA?	31
Maria Manuela Silva	
ALGUMAS REFLEXÕES EM TORNO DA PESQUISA HISTÓRICA	35
Odaléa Bianchini	
DOCUMENTAÇÃO – INSTRUMENTO PARA DEMOCRATIZAR O SABER	39
Adamastor Camará Ribeiro	
O BRASIL E O COMÉRCIO INTERNACIONAL DO SÉCULO XIX	49
Célia Freire A. Fonseca	
DOMÍCIO DA GAMA E A QUESTÃO DO TRUSTE DO CAFÉ (1912–1913)	55
Francisco Luiz Teixeira Vinhosa	
A PESQUISA ARQUEOLÓGICA NA REGIÃO SUDESTE DO BRASIL	61
Ondemar Dias	
CULTURA DE MASSA: UMA TEMÁTICA ATUAL	63
Luitgard Oliveira C. Barros	
BREVE INTRODUÇÃO À FENOMENOLOGIA DAS CORES	67
Mario Guerreiro	
DOCUMENTAÇÃO – SOBRE A REAÇÃO DE ARTIGOS CIENTÍFICOS	77
RESUMOS – PROCEDIMENTOS, ABNT. NB – 88/1978	83
DEPOIMENTOS – MANOEL MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE	89
RESENHA: O DOSTOIÉVSKI DE BAKHTINE	103

PROPOSTA TEÓRICA

PARA O ESTUDO DAS MIGRAÇÕES INTERNAS

Ana Maria Kirschner Montenegro

Júlia Adão Bernardes

I – INTRODUÇÃO

Pretende-se com este trabalho verificar a contribuição de algumas teorias para a análise do fenômeno migratório e esboçar considerações que permitam um conhecimento mais global das tendências que atuam sobre o fenômeno e o influenciam.

Para tanto, confrontaremos alguns pontos das teorias neo-clássicas e histórico-estrutural, basicamente as questões rural X urbano e mobilidade da força de trabalho.

As considerações aqui feitas terão como ponto de partida o fenômeno migratório no Brasil, e é para atingir este conhecimento que se faz este trabalho.

Cabe justificar a razão do confronto de teorias proposto. Consideramos que as teorias são caminhos para a compreensão do real que apreendido de maneira distinta, muito embora a realidade em questão seja a mesma. O fato de uma e outra privilegiarem aspectos diferentes, faz com que se empregando um ou outro instrumental se chegue também a considerações distintas. Na medida do possível tentaremos questionar os fundamentos de cada uma.

II – A QUESTÃO DA DICOTOMIA RURAL X URBANO

Este debate é antigo e os profissionais de diferentes formações se posicionam, freqüentemente aceitando a dicotomia rural / urbano. Até porque é muito difícil se libertar da ótica dualista.

Nesta ótica, o rural e o urbano têm sido vistos como realidades descontínuas, focalizadas em segmentos isolados, exercendo a cidade dominação sobre o campo, uma vez que o excedente aí gerado é transferido para a cidade. Há gradações e sofisticações, mas a idéia central permanece esta. Trata-se de superar uma "etapa atrasada" para que esta venha a ter o mesmo ritmo do suprimento mais avançado da sociedade.

Não se trata em absoluto de pensar o rural e o urbano como realidades exa-

tamente iguais, ou seja, de negar qualquer especificidade ao rural. Apenas achamos que os processos sociais do rural só podem ser enfocados se referidos à totalidade concreta que lhes dá sentido. Reconhece-se a existência de discontinuidades entre as sociedades rural e urbana, discontinuidades estas que devem ser analisadas a partir da exploração de umas classes sobre outras. Teoricamente, como diz MARTINS, "o rural é produto necessário de um modo de construir a realidade social, construir ao nível de entendimento que se pode ter sobre essa mesma realidade numa determinada formação social, como a capitalista". (1)

O problema do rural deve, pois, ser focado ultrapassando a barreira da dualidade e penetrando nos fundamentos históricos dos fatos, que lhe deram origem e que continuam a elaborá-lo. Desta forma, acredita-se que se pode opor à idéia formulada pelo dualismo estrutural de que o subdesenvolvimento é uma etapa no processo de expansão capitalista, outra, em que o subdesenvolvimento, no caso — a sociedade rural atrasada — é também produto desta expansão. Para tanto, deve-se considerar o rural e o urbano a partir da análise do modo como estão inseridos e que se articulam no processo de desenvolvimento capitalista. Poder-se-á assim, talvez, identificar os processos e mecanismos responsáveis por seu significado e as conexões que se estabelecem entre esses dois setores, uma vez que se pensa no espaço nacional como um sistema integrado.

Segundo Milton SANTOS, a diferença entre cidade e campo se exprime agora pelo fato de que no espaço nacional, o único sub-espaço onde estão reunidas as condições para uma reprodução mais pujante do capital, é a cidade, graças à presença de complexos industriais e de serviços que garantem a multiplicação financeira e a multiplicação tecnológica. (2)

III — A QUESTÃO DA MOBILIDADE DA FORÇA DE TRABALHO

A literatura sobre migrações internas geralmente apresenta o tema em seus aspectos formais — raio de ocorrência do deslocamento, tempo de residência do migrante no lugar do recenseamento, e identificação destes, se rural ou urbano, etc. . . (3) Os objetivos dos trabalhos podem ser os mais diversos, entretanto, há uma perspectiva teórica, explícita ou implícita, orientando a leitura dos dados empíricos.

Tanto as teorias neoclássicas como a histórico-estrutural partem de um ponto comum: os fluxos migratórios são formados a partir de um desequilíbrio espacial do nível de renda e de emprego. Entretanto estas teorias divergem na explicação dada à existência desse desequilíbrio e na incidência das migrações sobre essa situação inicial de desequilíbrio. Dentre as teorias neoclássicas, destacamos a Walrasiana já que incorpora a dimensão espacial. Esta supõe que diferentes dotações de fatores entre as regiões implicam em diferentes relações entre o capital e o trabalho, conseqüentemente apresentando diferenças espaciais na produtividade do trabalho e

diferenciais relativos nos preços dos fatores. Justifica-se, assim, a tendência a deslocamentos populacionais das áreas de menor nível salarial para as de maior nível, rebaixando o salário nas áreas de destino devido ao aumento da oferta de mão-de-obra e elevando nas áreas de origem, em consequência da redução dessa oferta.

Trabalhando com o conceito de produtividade marginal, Walras admite que o produto é função do nível de emprego; conseqüentemente, haveria elevação do nível do produto no destino, funcionando, portanto, as migrações, no sentido de restabelecer o equilíbrio dos salários, do emprego e do produto, acarretando ainda eficiência alocativa dos fatores.

Nessa abordagem não se considera a origem da desigualdade entre as áreas, encarando como natural a distribuição espacial dos fatores produtivos, sem relacioná-las aos condicionantes históricos, sendo vista ainda a migração como um ato individual e consciente, uma vez que o migrante teria conhecimento do mercado e se deslocaria visando aumentar sua renda. Implícito nesta visão está o pressuposto de que a sociedade tende ao equilíbrio, que ela dispõe de mecanismos capazes de se auto-regular.

A teoria histórico-estrutural tem uma visão distinta, já que incorpora o desequilíbrio e o conflito, pois parte do antagonismo capital-trabalho. Disto resulta que não há proposta conciliatória: numa sociedade capitalista, capital e trabalho estão em permanente confronto. As migrações ou mobilidade da força de trabalho são apresentadas da seguinte forma: não é a população em geral que migra, mas uma parcela da força de trabalho, aquela constituída pelos estratos menos favorecidos.

Aceita-se que a acumulação capitalista é o motor que comanda o desenvolvimento no modo de produção capitalista. Por isso ele é um sistema dinâmico, em contínua expansão e remodelação constante. Entretanto, MARX nos alerta para o fato do desenvolvimento econômico sob o signo do capitalismo ser um processo contraditório, onde algumas de suas tendências geram tensões, em parte porque o processo de acumulação pressupõe a existência de um excedente de trabalho para a expansão da produção.

Tais excedentes podem ser obtidos ativando-se certos mecanismos para incrementar a oferta da força de trabalho, como o estímulo ao crescimento da população, a intensificação de fluxos migratórios ou a criação de desemprego mediante a introdução de tecnologia poupadora de mão-de-obra. Em qualquer situação, esta força de trabalho constitui uma mercadoria que deve ser móvel para atender às necessidades do capital, para ser empregada ou despedida.

O capital exige do trabalhador a mobilidade temporal — adaptação do seu ritmo de vida ao aproveitamento do capital constante, ou seja, a adaptação aos novos instrumentos de trabalho e ao ritmo que eles impõem — e a mobilidade vertical, relacionada com a hierarquização das forças de trabalho introduzidas com a manufatura e depois com a grande indústria, onde o deslocamento do trabalhador se dá tanto entre setores e ramos da produção como entre funções no processo

produtivo.

Na medida em que interessa ao capitalismo aproveitar o máximo do trabalhador numa jornada de trabalho, o que consegue a custo da abreviação da vida do trabalhador, isto poderia acarretar insuficiência na oferta de trabalho.

Deste modo, as formas temporais da mobilidade do trabalho levam às formas espaciais, principalmente ao êxodo rural, para compensar a tendência à queda da taxa de lucro: as mudanças nas relações de produção no campo e a introdução de mecanização provocam a saída da população que, via de regra, migra para a cidade onde vai recompor a força de trabalho esgotada pela intensificação de sua exploração e reforçar o exército industrial de reserva, ou ainda, migra para áreas rurais em integração ao sistema produtivo pela expansão da fronteira agrícola. Por outro lado, fluxos das áreas periféricas também se dirigem para as áreas centrais do sistema devido à incidência diferenciada da acumulação entre regiões.

Assegura GAUDEMAR (4) que a mobilidade do trabalho, seja qual for a forma que assuma, tem papel fundamental na acumulação de capital, viabilizando a extração de mais valia, sendo a valorização do capital pelo trabalho determinada pelo grau de mobilidade deste.

Convém situar o momento histórico em que a força de trabalho se coloca, voluntariamente ou não, a serviço do capital: o momento da mobilidade primitiva. Inicialmente a forma assumida foi a separação do produtor dos seus meios de produção, ou seja, a expropriação camponesa, que uma legislação adequadamente promovida pelo Estado se encarregou de colocar a serviço do capitalismo, submetendo e disciplinando a força de trabalho conforme as exigências de um sistema de salariedade, mantendo assim o trabalhador na dependência pretendida.

Deste modo, produz-se um fluxo dos espaços submetidos **formalmente** ao capital (correspondendo a um processo de extorsão de mais valia absoluta) para os espaços que lhe estão **realmente** submetidos (onde foi introduzida a mais valia relativa).

Atualmente, o processo de acumulação primitiva persiste como elemento permanente do processo de acumulação e expansão capitalista, assim como as formas de mobilidade dele decorrentes, uma vez que o sistema não se apossou de toda a produção nacional, subsistindo ainda uma esfera que executa a passagem da submissão formal à submissão real. Assim, estas formas de mobilidade mantêm-se como elemento importante do processo de produção da força de trabalho.

A relação entre a oferta de trabalho e o processo de acumulação pode ser compreendida nos seguintes níveis, segundo MARX, citado em GAUDEMAR: (5)

- o capital provoca tanto a procura de trabalho como produz a oferta através da criação de excedentes de força de trabalho;
- o movimento dos salários não está subordinado ao movimento da força de trabalho, nem o determina, mas resulta do ritmo de acumulação do capital e os homens se deslocam para satisfazer as exigências do capital;

- dessa maneira, o papel e as formas da mobilidade do trabalho na reprodução ampliada do capital e no seu processo de acumulação são essenciais, podendo-se afirmar que não há acumulação sem mobilidade do trabalho. Essas formas podem relacionar-se às mudanças na composição orgânica do capital, ao aperfeiçoamento das máquinas, liberando mão-de-obra, ou ao aumento no volume da mão-de-obra empregada, na medida em que se acelera o enfraquecimento das sociedades pré-capitalistas, com o acesso de camadas anteriormente periféricas;
- a mobilidade do trabalho permite uma baixa relativa do valor da força de trabalho, a redução da mão-de-obra permanente e a submissão efetiva do trabalhador às exigências sempre novas do capital.

Assim, o processo de desenvolvimento capitalista se realiza criando diferenças marcantes intra e inter-regionais através da diferenciação das atividades produtivas, e tais diferenças tendem a se ampliar devido à maior concentração e centralização do capital na fase do capitalismo monopolista. Localiza-se o capital obedecendo sempre à regra de maior lucro, convergindo os fluxos de excedentes para os lugares onde se encontram os mecanismos mais eficazes para a sua multiplicação.

As migrações, determinadas pelas modificações na organização e na estruturação do sistema, são consequência do desigual desenvolvimento capitalista e ao mesmo tempo reforçam as condições que originaram os fluxos.

Tais fluxos migratórios podem ser melhor apreendidos, quando relacionados aos ciclos do capital, pois nos momentos de expansão econômica, este terá necessidade de absorver mão-de-obra e nos momentos de retração, tenderá a dispensá-la. Uma vez que os diversos setores da economia têm seus momentos de maior dinamismo não absolutamente coincidentes no tempo e no espaço, pode-se daí pensar os fluxos migratórios.

O trabalhador responde a essa situação sujeitando-se à lógica da mobilidade capitalista. Porém, formas de resistência começam, talvez, a despontar, e colocamos a questão se a luta dos posseiros pela permanência na terra não constituiria uma reação do trabalhador contra a mobilidade, recorrendo à imobilidade. GAUDEMAR salienta que a imobilidade é um recurso utilizado pelos trabalhadores, é uma forma de mostrar que o espaço e o tempo podem ser divididos segundo outros critérios que não a rentabilidade.

Por outro lado, as políticas migratórias visariam a encorajar a mobilidade, controlando-a. GAUDEMAR afirma que, de certa forma, o governo planifica a mobilidade, porque nem todos os movimentos da mão-de-obra são equivalentes.

Portanto, é a estratégia do capital que determina a alocação da força de trabalho, sendo a migração, compreendida deste ponto de vista, não como um ato soberano, mas determinada pelas modificações na organização e estruturação do sistema, constituindo um elemento do processo de acumulação.

Assim a paisagem criada pelo capitalismo não é uma expressão de equilíbrio

harmônico, mas antes um lugar de contradição e tensão.

IV – CONCLUSÃO

Só podemos entender o problema migratório a partir da compreensão das formas históricas de expansão que tem assumido o capitalismo no Brasil. No atual estágio de desenvolvimento do capitalismo monopolista brasileiro – economia dependente – assume o capital, características próprias, realizando-se a acumulação urbano-industrial em estreita vinculação com o setor agrário, uma vez que ambos tendem para o mesmo fim. Portanto, “deve-se pesquisar se e como o capital se apodera da agricultura, revolucionando-a, subvertendo as antigas formas de produção e de propriedade, criando a necessidade de novas formas”. (6)

A expansão do capitalismo no campo tem promovido o desenvolvimento de formas específicas de organização da produção no setor rural. Consequentemente, a intensificação da produção para atender exigências do mercado interno e externo conduzem muitas vezes ao desenvolvimento de atividades poupadoras de mão-de-obra, visando maior produtividade, enquanto por outro lado, tende a manter formas tradicionais de produção, delas se alimentando em decorrência das necessidades da acumulação.

Tal situação conduz à exclusão de camadas da população de uma participação regular no sistema produtivo, gerando desemprego, subemprego ou a proletarianização crescente do trabalhador rural que vai pouco a pouco sendo separado dos meios de produção.

Portanto, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura se realiza através da subordinação de relações pré-capitalistas ao modo de produção dominante.

Expandem-se a agricultura quase sem capitalização prévia, desenvolvendo o processo de “acumulação primitiva” que, segundo OLIVEIRA, deve ser redefinido no caso do Brasil, uma vez que “não se expropria a propriedade”. . . “mas se expropria o excedente que se forma pela posse transitória da terra” e porque “sob certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo cresce por elaboração de periferias, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética”. (7)

Tal processo vai sendo acelerado até subordinar toda a população rural, abrangendo novas regiões e transformando-as em novas esferas de produção, substituindo o trabalho familiar pelo assalariado, envolvendo cada vez mais o trabalhador na economia monetária.

À guisa de conclusão, salientamos que o fenômeno migratório, abordado do ponto de vista da mobilidade da força de trabalho, só pode ser explicado satisfatoriamente dentro da lógica do sistema capitalista e a partir das formas particulares que este assume no Brasil. Quanto à existência dessa massa marginal de trabalhadores que se desloca, decorrente das contradições existentes entre as necessidades do capital e do trabalho, ela não assume caráter disfuncional, mas é plenamente coe-

rente com a lógica estrutural capitalista, uma vez que é necessária ao processo de acumulação.

BIBLIOGRAFIA

1. MARTINS, José de Souza - **As coisas no lugar Sobre o modo capitalista de pensar**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1978, págs. 43-82.
2. SANTOS, Milton - **Espaço e Dominação. Economia Espacial Críticas e Alternativas**. São Paulo, Ed. Hucitec, 1979, pág. 121.
3. CASTRO, M. e OLIVEIRA, Z. - **A Mulher Migrante. O Papel da Mobilidade do trabalho no processo de produção e reprodução**. OIT/FIBGE, 1978.
4. GAUDEMAR, Jean-Paul - **Mobilidade do Trabalho e acumulação do capital**. Lisboa, Ed. Estampa, 1977.
5. Id. pág. 277.
6. KAUTSKY, Karl - **A questão agrária**. Rio de Janeiro, Laemmert, 1968, pág. 24.
7. OLIVEIRA, Francisco de - **A economia brasileira: crítica à razão dualista. Seleções CEBRAP 1**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1975.
8. HARVEY, David - **La Geografia de la Acumulacion Capitalista: una reconstruccion de la teoria marxista. Geografia Radical Anglosajona**. España, Bella Terra, Universidad Autonoma de Barcelona, Dez., 1977, nº 1.
9. MARX, Karl. A chamada acumulação primitiva. **O Capital, Crítica da Economia Política**, Cap. XXIV, Livro 1, Volume II. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.
10. MONTENEGRO, Ana M. K. - **Notas sobre a teoria histórico-estrutural**. Seminário interno - IBGE, Dez., 1978. Mimeo.
11. MOREIRA, Ivan Targino. **Nordeste: Terra de Arribação**. Dissertação de Mestrado, CME-PIMES, Recife, 1978. Mimeo.
12. SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. **Economia Política da Urbanização**. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1977.
13. _____ e SILVA, Sérgio. Introdução: capital e trabalho no campo, formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo. **Capital e trabalho no campo**. Coleção Estudos Brasileiros 7. São Paulo, Ed. Hucitec, 1977.